

Demonstrações financeiras

União Brasileira de Educação e Ensino - UBEE

31 de dezembro de 2022
com relatório do auditor independente

União Brasileira de Educação e Ensino – UBEE

Demonstrações financeiras

31 de dezembro de 2022

Índice

Relatório do auditor independente sobre as demonstrações financeiras.....	1
Demonstrações financeiras auditadas	
Balanço patrimonial	4
Demonstração do resultado	6
Demonstração do resultado abrangente	7
Demonstração das mutações do patrimônio líquido.....	8
Demonstração dos fluxos de caixa - método indireto	9
Notas explicativas às demonstrações financeiras	10



Setor Hoteleiro Sul - Quadra 06
Conjunto A - Bloco A
1º andar - sala 105
70316-000 - Brasília - DF - Brasil
Tel: +55 61 2104-0100
ey.com.br

Relatório do auditor independente sobre as demonstrações financeiras

Aos Administradores e aos Associados da
União Brasileira de Educação e Ensino - UBEE
Brasília - DF

Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras da União Brasileira de Educação e Ensino - UBEE (“Entidade”), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2022 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da União Brasileira de Educação e Ensino - UBEE em 31 de dezembro de 2022, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis as entidades sem fins lucrativos – (ITG 2002 (R1)).

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada “Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras”. Somos independentes em relação à Entidade, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Outros assuntos – auditoria dos valores correspondentes

As demonstrações financeiras da Entidade para o exercício findo em 31 de dezembro de 2021 foram auditadas por outro auditor independente que emitiu relatório, em 27 de abril de 2022, com opinião sem modificação sobre essas demonstrações financeiras.



Responsabilidades da diretoria e da governança pelas demonstrações financeiras

A diretoria é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às entidades sem fins lucrativos (ITG 2002 (R1)) e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras, a diretoria é responsável pela avaliação da capacidade de a Entidade continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a diretoria pretenda liquidar a Entidade ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Entidade são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtivemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais;
- Obtivemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Entidade;
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela diretoria;



- Concluimos sobre a adequação do uso, pela diretoria, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Entidade. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Entidade a não mais se manter em continuidade operacional; e
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Brasília, 19 de abril de 2023.

ERNST & YOUNG
Auditores Independentes S.S. Ltda.
CRC SP-015199/O

Alexandre Dias Fernandes
Contador CRC DF-012460/O

União Brasileira de Educação e Ensino - UBEE

Balanço patrimonial
Em 31 de dezembro de 2022 e 2021
(Em milhares de reais)

Ativo	Nota explicativa	31/12/2022	31/12/2021
Circulante			
Caixa e equivalentes de caixa	4	45.405	13.683
Aplicações financeiras	5	2.815	3.701
Mensalidades a receber	6	18.284	10.952
Adiantamento diversos	7	8.617	6.345
Partes relacionadas	19	970	-
Outros créditos	8	2.011	356
Total do ativo circulante		78.102	35.037
Não circulante			
Aplicações financeiras	5	-	1.496
Outros créditos	8	1.694	349
Propriedades para investimento	9	41.236	44.087
Imobilizado	10	344.875	350.426
Intangível	11	5.349	5.323
Total do ativo não circulante		393.154	401.681
Total do ativo		471.256	436.718

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

União Brasileira de Educação e Ensino - UBEE

Balço patrimonial
Em 31 de dezembro de 2022 e 2021
(Em milhares de reais)

Passivo e patrimônio líquido	Nota Explicativa	31/12/2022	31/12/2021
Circulante			
Fornecedores	12	6.707	4.467
Salários e encargos sociais	13	11.789	9.535
Provisões de férias e encargos	14	12.780	10.342
Arrendamento mercantil a pagar	15	1.783	825
Empréstimos e financiamentos	16	-	1.272
Tributos e encargos a recolher	17	3.604	3.073
Adiantamentos de mensalidades	18	20.436	17.753
Partes relacionadas	19	-	9.935
Receita diferida	20	3.200	806
Subvenções a realizar (com restrição)	21	330	174
Outras contas a pagar	22	515	338
Total do passivo circulante		61.144	58.520
Não circulante			
Salários e encargos sociais	13	23	23
Arrendamento mercantil a pagar	15	6.241	7.891
Tributos e encargos a recolher	17	10.378	12.262
Receita diferida	20	9.559	-
Provisões para demandas judiciais	23	3.736	3.099
Total do passivo não circulante		29.937	23.275
Total do passivo		91.081	81.795
Patrimônio líquido			
Patrimônio social	24	226.715	220.864
Ajuste de avaliação patrimonial	24	128.208	128.208
Superávit do exercício		25.252	5.851
Total do patrimônio líquido		380.175	354.923
Total do passivo e patrimônio líquido		471.256	436.718

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

União Brasileira de Educação e Ensino - UBEE

Demonstração do resultado
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021
(Em milhares de reais)

	<u>Nota explicativa</u>	<u>2022</u>	<u>2021</u>
Receita operacional líquida	25	250.935	203.841
Custos dos serviços prestados	26	(169.053)	(152.472)
Superávit bruto		81.882	51.369
Despesas operacionais			
Gerais e administrativas	27	(58.006)	(44.728)
Outras receitas operacionais, líquidas	28	1.081	1.687
Despesa de subvenções (com restrição)		(282)	(146)
Receitas de subvenções (com restrição)		365	295
Superávit antes do resultado financeiro		25.040	8.477
Receitas financeiras	29	5.499	4.211
Despesas financeiras	29	(5.287)	(6.837)
Resultado financeiro, líquido		212	(2.626)
Isenções usufruídas			
Receitas isenções usufruídas	30	33.546	30.556
Despesas isenções usufruídas	30	(33.546)	(30.556)
		-	-
Superávit do exercício		25.252	5.851

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

União Brasileira de Educação e Ensino - UBEE

Demonstração do resultado abrangente
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021
Em milhares de reais

	<u>2022</u>	<u>2021</u>
Superávit do exercício	25.252	5.851
Outros resultados abrangentes	-	-
Resultado abrangente do exercício	<u>25.252</u>	<u>5.851</u>

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações financeiras.



União Brasileira de Educação e Ensino - UBEE

Demonstração das mutações no patrimônio líquido

31 de dezembro de 2022 e 2021
(Em milhares de reais)

	Patrimônio social	Ajustes de avaliação patrimonial	Superávit do exercício	Total do patrimônio líquido
Saldo em 31 de dezembro de 2020	210.199	128.208	10.665	349.072
Incorporação ao patrimônio social	10.665	-	(10.665)	-
Superávit do exercício	-	-	5.851	5.851
Saldo em 31 de dezembro de 2021	220.864	128.208	5.851	354.923
Incorporação ao patrimônio social	5.851	-	(5.851)	-
Superávit do exercício	-	-	25.252	25.252
Saldo em 31 de dezembro de 2022	226.715	128.208	25.252	380.175

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

União Brasileira de Educação e Ensino - UBEE

Demonstração dos fluxos de caixa Exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021 (Em milhares de reais)

	<u>2022</u>	<u>2021</u>
Fluxo de caixa das atividades operacionais		
Superávit do exercício	25.252	5.851
Ajustes de		
Provisões para demandas judiciais	637	(956)
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	449	(2.411)
Depreciação e amortização	14.390	14.629
Baixa por perda de mensalidades	1.741	(3.282)
Rendimentos de aplicações financeiras	886	-
Juros sobre mútuos e parcelamentos	1.907	-
Juros sobre passivo de arrendamentos e empréstimos	897	-
Resultado na alienação de ativos	(3.227)	-
Resultado ajustado	42.932	13.831
Variações patrimoniais		
Mensalidades a receber	(9.522)	7.124
Estoques	-	30
Adiantamento diversos	(2.272)	(17)
Outros créditos	1.114	(45)
Fornecedores a pagar	2.240	(1.003)
Salários e encargos sociais	2.254	1.030
Provisão de férias e encargos	2.438	(666)
Tributos a recolher	(2.859)	(2.549)
Adiantamentos de clientes	2.683	2.793
Outras contas a pagar	177	31
Subvenções (líquido)	156	(75)
Receitas a apropriar	11.953	(208)
Pagamento de juros sobre empréstimo	-	(1.297)
Caixa líquido gerado pelas atividades operacionais	51.294	18.979
Fluxos de caixa das atividades de investimentos		
Aplicações financeiras	1.496	-
Aquisição de imobilizado e intangível	(11.128)	(12.607)
Baixa de imobilizado e intangível	4.227	7.653
Caixa líquido aplicado nas atividades de investimentos	(5.405)	(4.954)
Fluxos de caixa das atividades de financiamentos		
Pagamento de empréstimos e financiamentos	(1.310)	(9.379)
Mútuo com partes relacionadas	(11.306)	2.668
Pagamento de arrendamentos	(1.551)	(153)
Caixa líquido (aplicado) nas atividades de financiamentos	(14.167)	(6.864)
Aumento líquido de caixa e equivalentes de caixa	31.722	7.161
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício	13.683	6.522
Caixa e equivalentes de caixa no final do exercício	45.405	13.683

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

União Brasileira de Educação e Ensino - UBEE

Notas explicativas às demonstrações financeiras

31 de dezembro de 2022

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

1. Informações gerais

A União Brasileira de Educação e Ensino - UBEE ("Entidade" ou "UBEE") fundada em 15 de maio de 1907, na Cidade do Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro, com inscrição no CNPJ/MF sob o nº 17.200.684/0001-78, é uma associação de natureza confessional, beneficente, sem fins lucrativos de caráter educacional e cultural, constituída sob os ensinamentos pedagógicos e religiosos do carisma Marista, legados pelo Padre Marcelino José Bento Champagnat. Atualmente tem sua sede localizada na Região Administrativa de Águas Claras, na QS 01, lote 40, Torre A, 10º andar, Edifício Taguatinga Shopping, Brasília - Distrito Federal.

A UBEE tem por finalidades criar, congregar, dirigir e manter instituições que visam à beneficência, a promoção humana, a educação, a cultura e o esporte e ensino.

Como Entidade de Educação sem Fins Lucrativos, aplica seus recursos em Gratuidade nas Atividades Educacionais (Bolsas de Estudos) direcionados as pessoas em situação de risco e vulnerabilidade social, nos Estados de Minas Gerais, Rio de Janeiro, Espírito Santo, Goiás e Tocantins e no Distrito Federal. A seguir listamos a relação de cada unidade:

Colégios COLÉGIO MARISTA DE COLATINA COLÉGIO MARISTA DIOCESANO COLÉGIO MARISTA DOM SILVÉRIO COLÉGIO MARISTA NOSSA SENHORA DA PENHA COLÉGIO MARISTA PADRE EUSTÁQUIO COLÉGIO MARISTA PALMAS COLÉGIO MARISTA PATOS DE MINAS COLÉGIO MARISTA SÃO JOSÉ - BARRA COLÉGIO MARISTA SÃO JOSÉ - MONTE CLAROS COLÉGIO MARISTA SÃO JOSÉ - TIJUCA COLÉGIO MARISTA VARGINHA	Comunidades CASA PROVINCIAL DE BRASÍLIA COMUNIDADE MARISTA DE APARECIDA DE GOIÂNIA COMUNIDADE MARISTA DE BELO HORIZONTE - JUNIORATO CHAMPAGNAT COMUNIDADE MARISTA DE BRASÍLIA – CASA PROVINCIAL MARISTA COMUNIDADE MARISTA DE COLATINA COMUNIDADE DE VILA VELHA COMUNIDADE DE UBERABA COMUNIDADE DE MADRE GERMANA COMUNIDADE DA TIJUCA ESCRITÓRIO PROVINCIAL DE BRASÍLIA
Escolas Sociais APRENDIZADO PADRE LANCÍSIO CENTRO EDUC. INFANTIL MARISTA DIVINO PAI ETERNO - CEMADIPE ESCOLA MARISTA CHAMPAGNAT DE TERRA VERMELHA ESCOLA MARISTA CHAMPAGNAT DE VARGINHA	Casa de Eventos CASA MARISTA DA PONTA DA FRUTA RECANTO MARISTA - REMAR MARISTA HALL SÍTIO LAGOA DOS PATOS CASA MARISTA DE PETRÓPOLIS

1.1 Imunidade tributária

A UBEE é uma entidade beneficente de educação, sem fins lucrativos, imune à incidência de impostos sobre sua renda, patrimônio e serviços, por força do art. 150, Inciso VI, alínea "C"; e às contribuições sociais, por força do artigo 195, § 7º; todos da Constituição Federal de 05 de outubro de 1988.

A UBEE possui CEBAS - Certificado de Entidades Beneficentes de Assistência Social e cumpre os requisitos previstos no art. 3º da Lei Complementar nº 187, de 16 de dezembro de 2021, fazendo jus à imunidade de que trata o § 7º do art. 195 da Constituição Federal. Demais informações sobre imunidade tributária de impostos e contribuições estão descritas na Nota Explicativa 31.

União Brasileira de Educação e Ensino - UBEE

Notas explicativas às demonstrações financeiras

31 de dezembro de 2022

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

2. Resumo das principais políticas contábeis

As principais políticas contábeis aplicadas na preparação dessas demonstrações financeiras estão definidas a seguir. Essas políticas vêm sendo aplicadas de modo consistente nos exercícios apresentados.

2.1 Base de preparação

As demonstrações financeiras da Entidade foram elaboradas e estão sendo apresentadas em conformidade com as práticas contábeis adotadas no Brasil, emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis ("CPC") e aprovadas pelo Conselho Federal de Contabilidade ("CFC"), incluindo a Resolução 1409/12 que aprovou a ITG 2002(R1), para as Entidades sem finalidade de lucro, observando-se os princípios da competência e oportunidade.

A preparação das demonstrações financeiras requer o uso de certas estimativas contábeis e também o exercício de julgamento por parte da Administração da UBEE no processo de aplicação das suas políticas contábeis. Aquelas áreas que requeiram maior nível de julgamento e possuem maior complexidade, bem como as áreas nas quais premissas e estimativas são significativas para as demonstrações financeiras, estão divulgadas na Nota Explicativa 3.

Todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras, e somente elas, estão sendo evidenciadas, e correspondem àquelas utilizadas pela Administração na sua gestão.

As demonstrações financeiras foram elaboradas com base no custo histórico, salvo quando a política mencionar de forma diversa.

A Administração da Entidade, no processo de elaboração de suas demonstrações financeiras de 31 de dezembro de 2022, revisou sua prática contábil para a apresentação das baixas por perdas efetivas em mensalidade, ora apresentada na nota de despesas financeiras (Nota Explicativa 29) e reclassificada para a nota de outras despesas operacionais, líquidas (Nota Explicativa 28). Como consequência, a linha outras despesas operacionais na demonstração de resultados, incluída como informação comparativa destas informações sofreu aumento, e na linha de despesas financeiras houve redução no valor de R\$3.283.

A aprovação destas demonstrações financeiras foi efetuada pela assembleia geral, em 19 de abril de 2023.

2.2 Moeda funcional e de apresentação

As demonstrações financeiras estão apresentadas em milhares de Reais, que é a moeda funcional da Entidade.

2.3 Caixa e equivalentes de caixa

Incluem os numerários em espécie, depósitos bancários disponíveis e outros investimentos de curto prazo, de alta liquidez, os quais são prontamente conversíveis em montante conhecido de caixa, sujeitos a insignificante risco de mudança de valor.



União Brasileira de Educação e Ensino - UBEE

Notas explicativas às demonstrações financeiras

31 de dezembro de 2022

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

2. Resumo das principais políticas contábeis--Continuação

2.4 Aplicações financeiras

As aplicações financeiras da Entidade são classificadas como ativos financeiros a valor justo por meio do resultado. A Entidade determina a classificação dos seus ativos financeiros no momento do seu reconhecimento inicial, quando ele se torna parte das disposições contratuais do instrumento.

Os rendimentos com aplicações financeiras da Entidade não estão sujeitos à incidência de tributos, devido ao fato de a Entidade gozar de imunidade de tributos federais.

2.5 Mensalidades a receber

As mensalidades a receber correspondem aos valores a receber pela prestação de serviços no curso normal das atividades da Entidade. A Entidade mantém as mensalidades a receber com o objetivo de arrecadar fluxos de caixa contratuais e, portanto, essas contas são, inicialmente, reconhecidas pelo valor justo e, subsequentemente, mensuradas pelo custo amortizado com o uso do método da taxa efetiva de juros, deduzidas das provisões para perdas. Se o prazo de recebimento é equivalente a um ano ou menos, as mensalidades são classificadas no ativo circulante. Caso contrário, estão apresentadas no ativo não circulante.

2.6 Provisão para crédito de liquidação duvidosa

Constituída em montante considerado suficiente pela Administração para cobrir eventuais perdas na realização das mensalidades a receber, considerando dados históricos e a posição de inadimplência (Nota Explicativa 6) e as perspectivas de perda esperada.

O aumento na base de clientes inadimplentes eleva o risco de crédito. Atualmente o Marista Centro-Norte segue os critérios de provisionamento abaixo:

<u>Faixas</u>	<u>Percentual de provisão</u>
Faixa 1 – vencidos acima de 720 dias	100%
Faixa 2 – vencidos entre 361 e 720 dias	92%
Faixa 3 – a vencer e vencidos até 360 dias	35%

As regras acima são utilizadas para o cálculo do valor da PCLD sobre a carteira de recebíveis de clientes a partir do primeiro dia do vencimento do título em aberto e, foram definidas a partir da expectativa de perda das mensalidades. Saldos vencidos há mais de 5 (cinco) anos (1.825 dias) são baixadas por perda, sendo que as iniciativas de cobrança administrava permanecem sendo realizadas por escritório jurídico.

2.7 Subvenções

As subvenções são reconhecidas no Ativo, ao mesmo passo que são registradas no passivo, a fim de evidenciar obrigação para com o conveniente. O reconhecimento da receita com subvenção governamental ocorre ao longo da duração do contrato, em base sistemática, confrontada com as despesas que pretende compensar, os referidos registros em contas de resultados são computados em contas específicas no plano de contas da Entidade, e em conformidade com o disposto no CPC 07 (R1).

União Brasileira de Educação e Ensino - UBEE

Notas explicativas às demonstrações financeiras

31 de dezembro de 2022

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

2. Resumo das principais políticas contábeis--Continuação

2.8 Imobilizado

Os bens do imobilizado são registrados pelo custo de aquisição, construção ou ao custo atribuído (valor justo) e depreciados pelo método linear, considerando-se a estimativa da vida útil-econômica dos respectivos componentes. As taxas anuais de depreciação estão mencionadas na Nota Explicativa 10.

Reparos e manutenção são apropriados ao resultado no período em que incorridos. O custo das principais reformas é acrescido ao valor contábil do ativo quando os benefícios econômicos futuros ultrapassam o padrão de desempenho inicialmente estimado para o ativo. As reformas são depreciadas ao longo da vida útil restante do ativo relacionado.

Um item de imobilizado é baixado quando vendido ou quando nenhum benefício econômico futuro for esperado através do seu uso ou venda. Eventual ganho ou perda resultante da baixa do ativo (calculado como sendo a diferença entre o valor líquido da venda e o valor contábil) são incluídos na demonstração do resultado no exercício em que o ativo for baixado.

O valor residual e vida útil dos ativos e os métodos de depreciação são revistos no encerramento de cada exercício, e ajustados de forma prospectiva, quando for o caso.

2.9 Propriedades para investimento

As propriedades para investimento são mensuradas ao custo, incluindo custos da transação. A Entidade adota como prática manter suas propriedades para investimento ao custo de aquisição, deduzido da depreciação acumulada e de eventual provisão de perda por redução ao valor recuperável, quando aplicável. A taxa de depreciação é calculada usando o método linear para alocar seus custos durante a vida útil estimada, conforme demonstrada na Nota Explicativa 9.

2.10 Ativos intangíveis

a) Softwares

Refere-se aos gastos com a aquisição de softwares operacionais e com a implantação do Sistema de Gestão Empresarial - ERP GoldWay e do sistema acadêmico Lyceum.

Está demonstrado pelo custo de aquisição, deduzido da amortização acumulada, calculada de acordo com o prazo remanescente de geração de benefícios econômicos futuros, bem como das perdas por redução ao valor recuperável (*impairment*), quando aplicável.

Os custos associados à manutenção de *softwares* são reconhecidos como despesa, quando incorridos.

Outros gastos de desenvolvimento que não atendam ao critério de reconhecimento de ativos, são reconhecidos como despesa, no período que são incorridos.

Os custos de desenvolvimento de *softwares* reconhecidos como ativos são amortizados durante sua vida útil estimada, não superior a cinco anos.



União Brasileira de Educação e Ensino - UBEE

Notas explicativas às demonstrações financeiras

31 de dezembro de 2022

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

2. Resumo das principais políticas contábeis--Continuação

2.10 Ativos intangíveis--Continuação

b) Carteira de clientes

A combinação de negócios entre a Entidade e o Colégio Marista Padre Eustáquio resultou na identificação de uma carteira de alunos, registrada contabilmente como ativo intangível.

Esse ativo intangível foi reconhecido inicialmente a valor justo na data da aquisição, com vida útil definida, e foi contabilizado pelo seu valor de custo menos a amortização acumulada. A amortização é calculada usando o método linear durante a vida esperada da relação com o cliente.

2.11 Avaliação do valor recuperável de ativos não financeiros

Os ativos com vida útil definida são revisados para verificação de possíveis reduções aos valores recuperáveis, sempre que eventos ou mudanças nas circunstâncias indicarem que o valor contábil pode não ser recuperado. Uma perda por *impairment* é reconhecida quando o valor contábil excede seu valor recuperável, o qual representa o maior valor entre o valor justo de um ativo menos seu custo de alienação e o seu valor em uso.

Na avaliação do valor em uso, os fluxos de caixa futuros estimados são descontados ao valor presente pela taxa de desconto, antes dos impostos, que reflita uma avaliação atual de mercado do valor da moeda no tempo e dos riscos específicos do ativo para o qual a estimativa de fluxos de caixa futuros não foi ajustada. Possíveis reversões de provisões constituídas são reconhecidas no resultado pela nova mensuração desde que não exceda o valor de custo do ativo.

2.12 Contas a pagar

As contas a pagar são obrigações por bens ou serviços que foram adquiridos no curso normal dos negócios, sendo classificadas como passivos circulantes se o pagamento for devido no período de até um ano. Caso contrário, as contas a pagar são apresentadas como passivo não circulante.

2.13 Empréstimos e financiamentos

Os empréstimos são reconhecidos, inicialmente, pelo valor justo, líquido dos custos incorridos na transação e são, subsequentemente, demonstrados pelo custo amortizado. Qualquer diferença entre os valores captados (líquidos dos custos da transação) e o valor total a pagar é reconhecida na demonstração do resultado durante o período em que os empréstimos estejam em aberto, utilizando o método da taxa efetiva de juros.

2.14 Provisões

i) Geral

Provisões são reconhecidas quando a Entidade tem uma obrigação presente (legal ou não formalizada) em consequência de um evento passado. É provável que benefícios econômicos sejam requeridos para liquidar a obrigação, e uma estimativa confiável do valor da obrigação possa ser feita. A despesa relativa a qualquer provisão é apresentada na demonstração do resultado, líquida de qualquer reembolso.



União Brasileira de Educação e Ensino - UBEE

Notas explicativas às demonstrações financeiras

31 de dezembro de 2022

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

2. Resumo das principais políticas contábeis--Continuação

2.14 Provisões--Continuação

i) Geral--Continuação

Se o efeito do valor temporal do dinheiro for significativo, as provisões são descontadas utilizando uma taxa que reflete, quando adequado, os riscos específicos ao passivo. Quando for adotado desconto, o aumento na provisão devido à passagem do tempo é reconhecido como despesa financeira.

i) Provisões para demandas judiciais

A Entidade é partes de processos judiciais e administrativos. Provisões são constituídas para todas as contingências referentes a processos judiciais para os quais é provável que uma saída de recursos seja feita para liquidar a contingência/obrigação e uma estimativa razoável possa ser feita. A avaliação da probabilidade de perda inclui a avaliação das evidências disponíveis, a hierarquia das leis, as jurisprudências disponíveis, as decisões mais recentes nos tribunais e sua relevância no ordenamento jurídico, bem como a avaliação dos advogados externos. As provisões são revisadas e ajustadas para levar em conta alterações nas circunstâncias, tais como prazo de prescrição aplicável, conclusões de inspeções fiscais ou exposições adicionais identificadas com base em novos assuntos ou decisões de tribunais.

2.15 Patrimônio social

O patrimônio social da Entidade é constituído de bens e direitos adquiridos ou recebidos em doação e resultados líquidos de suas atividades.

2.16 Receita de serviços

A Entidade reconhece a receita quando: o valor da receita pode ser mensurado com segurança, for provável que benefícios econômicos futuros fluirão para a Entidade e quando critérios específicos tiverem sido atendidos para as atividades da Entidade, conforme descrição a seguir. A UBEE baseia suas estimativas em resultados históricos, levando em consideração o tipo de cliente, o tipo de transação e as especificações de cada serviço prestado.

A Entidade presta serviços voltados para atividades educacionais. Esses serviços são prestados com base em contrato de preço fixo. A receita de contratos de prestação de serviços de educação é reconhecida no período em que os serviços são efetivamente prestados. Quando o recebimento ocorre antes do faturamento, é registrado o valor recebido como forma adiantamento, para posterior realização da receita, pela competência da prestação do serviço.

2.16 Receita de serviços--Continuação

Sobre o valor das receitas, são deduzidos os montantes ofertados como bolsas e descontos, conforme definido por políticas interna, e por cumprimento da Lei Complementar nº 187/21.

Nas escolas sociais, onde não há cobrança de mensalidade para nenhum aluno matriculado, as receitas com bolsas de estudos são determinadas com base nos valores definidos em contratos, projetados em orçamento, para cobertura dos custos operacionais.



União Brasileira de Educação e Ensino - UBEE

Notas explicativas às demonstrações financeiras

31 de dezembro de 2022

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

2. Resumo das principais políticas contábeis--Continuação

2.17 Instrumentos financeiros

Os instrumentos financeiros da Entidade são representados pelo caixa e equivalentes de caixa, aplicações financeiras, mensalidades a receber, contas a pagar e empréstimos e financiamentos, e são reconhecidos inicialmente pelo seu valor justo acrescido dos custos diretamente atribuíveis à sua aquisição ou emissão, exceto os instrumentos financeiros classificados na categoria de instrumentos avaliados ao valor justo por meio do resultado, para os quais os custos são registrados no resultado do exercício. A Entidade não apresentou nenhum passivo financeiro a valor justo por meio de resultado.

i) Classificação

A Entidade classifica seus ativos financeiros sob as seguintes categorias de mensuração: (i) mensurados ao valor justo (seja por meio de outros resultados abrangentes ou por meio do resultado); ou (ii) mensurados ao custo amortizado.

A classificação depende do modelo de negócio da Entidade para gestão dos ativos financeiros e os termos contratuais dos fluxos de caixa.

Os ativos financeiros ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes incluem:

- . Títulos patrimoniais que não são mantidos para negociação no reconhecimento inicial e que a Entidade decidiu, de forma irrevogável, reconhecer nessa categoria. Esses investimentos são estratégicos e a Entidade considera essa classificação como sendo mais relevante.
- . Títulos de dívida, nos quais os fluxos de caixa contratuais consistem basicamente em principal e em juros e o objetivo do modelo de negócios da Entidade é atingido por meio da arrecadação de fluxos de caixa contratuais e da venda de ativos financeiros.

ii) Mensuração

No reconhecimento inicial, a Entidade mensura um ativo financeiro ao valor justo acrescido, no caso de um ativo financeiro não mensurado ao valor justo por meio do resultado, dos custos da transação diretamente atribuíveis à aquisição do ativo financeiro. Os custos de transação de ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado são registrados como despesas no resultado.

2.18 Arrendamentos

A Entidade avalia, na data de início do contrato, se esse contrato é ou contém um arrendamento. Ou seja, se o contrato transmite o direito de controlar o uso de um ativo identificado por um período em troca de contraprestação.

A Entidade aplica uma única abordagem de reconhecimento e mensuração para todos os arrendamentos, exceto para arrendamentos de curto prazo e arrendamentos de ativos de baixo valor. A Entidade reconhece os passivos de arrendamento para efetuar pagamentos de arrendamento e ativos de direito de uso que representam o direito de uso dos ativos subjacentes.



União Brasileira de Educação e Ensino - UBEE

Notas explicativas às demonstrações financeiras

31 de dezembro de 2022

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

2. Resumo das principais políticas contábeis--Continuação

2.19 Arrendamentos--Continuação

Ativo de direito de uso--Continuação

A Entidade reconhece os ativos de direito de uso na data de início do arrendamento (ou seja, na data em que o ativo subjacente está disponível para uso). Os ativos de direito de uso são mensurados ao custo, deduzidos de qualquer depreciação acumulada e perdas por redução ao valor recuperável, e ajustados por qualquer nova remensuração dos passivos de arrendamento. O custo dos ativos de direito de uso inclui o valor dos passivos de arrendamento reconhecidos, custos diretos iniciais incorridos e pagamentos de arrendamentos realizados até a data de início, menos os eventuais incentivos de arrendamento recebidos.

Os ativos de direito de uso são depreciados linearmente.

A Entidade possui 02 contratos de aluguel (arrendamento) de imóveis com vigência de 03 a 10 anos, sendo que a depreciação é calculada com base nesses períodos.

Em determinados casos, se a titularidade do ativo arrendado for transferida para a Entidade ao final do prazo do arrendamento ou se o custo representar o exercício de uma opção de compra, a depreciação é calculada utilizando a vida útil estimada do ativo.

Os ativos de direito de uso também estão sujeitos a redução ao valor recuperável.

Passivos de arrendamento

Na data de início do arrendamento, a Entidade reconhece os passivos de arrendamento mensurados pelo valor presente dos pagamentos do arrendamento a serem realizados durante o prazo do arrendamento. Os pagamentos do arrendamento incluem pagamentos fixos (incluindo, substancialmente, pagamentos fixos) menos quaisquer incentivos de arrendamento a receber, pagamentos variáveis de arrendamento que dependem de um índice ou taxa, e valores esperados a serem pagos sob garantias de valor residual. Os pagamentos de arrendamento incluem ainda o preço de exercício de uma opção de compra razoavelmente certa de ser exercida pela Entidade e pagamentos de multas pela rescisão do arrendamento, se o prazo do arrendamento refletir a Entidade exercendo a opção de rescindir a arrendamento.

Os pagamentos variáveis de arrendamento que não dependem de um índice ou taxa são reconhecidos como despesas (salvo se forem incorridos para produzir estoques) no período em que ocorre o evento ou condição que gera esses pagamentos.

Ao calcular o valor presente dos pagamentos do arrendamento, a Entidade usa as suas taxas de empréstimo incremental na data de início porque a taxa de juro implícita no arrendamento não é facilmente determinável. Após a data de início, o valor do passivo de arrendamento é aumentado para refletir o acréscimo de juros e reduzido para os pagamentos de arrendamento efetuados. Além disso, o valor contábil dos passivos de arrendamento é remensurado se houver uma modificação, uma mudança no prazo do arrendamento, uma alteração nos pagamentos do arrendamento (por exemplo, mudanças em pagamentos futuros resultantes de uma mudança em um índice ou taxa usada para determinar tais pagamentos de arrendamento) ou uma alteração na avaliação de uma opção de compra do ativo subjacente.



União Brasileira de Educação e Ensino - UBEE

Notas explicativas às demonstrações financeiras

31 de dezembro de 2022

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

2. Resumo das principais políticas contábeis--Continuação

2.18 Arrendamentos--Continuação

Arrendamentos de curto prazo e de ativos de baixo valor

A Entidade aplica a isenção de reconhecimento de arrendamento de curto prazo a seus arrendamentos de curto prazo de máquinas e equipamentos (ou seja, arrendamentos cujo prazo de arrendamento seja igual ou inferior a 12 meses a partir da data de início e que não contenham opção de compra).

Também aplica a concessão de isenção de reconhecimento de ativos de baixo valor a arrendamentos de equipamentos de escritório considerados de baixo valor. Os pagamentos de arrendamento de curto prazo e de arrendamentos de ativos de baixo valor são reconhecidos como despesa pelo método linear ao longo do prazo do arrendamento.

3. Estimativas e julgamentos contábeis críticos

Estimativas e premissas são revistas de uma maneira contínua pela Administração. Revisões com relação a estimativas contábeis são reconhecidas no período em que as estimativas são revisadas e em quaisquer períodos futuros afetados.

As informações sobre incertezas, premissas e estimativas que possuam um risco significativo de resultar em ajuste material no próximo exercício financeiro e julgamentos críticos referentes às políticas contábeis adotadas que apresentam efeitos sobre os valores reconhecidos nas demonstrações financeiras incluem:

- Provisão para redução ao valor recuperável de ativos financeiros (Notas Explicativas nº 2.6 e 6);
- A vida útil e o cálculo das depreciações sobre as propriedades para investimento (Nota Explicativa nº 9);
- A vida útil e o cálculo das depreciações sobre o ativo imobilizado (Nota Explicativa nº 10);
- Direito de uso e arrendamentos a pagar (Notas Explicativas nº 2.18 e 10);
- A vida útil e o cálculo das amortizações sobre o ativo intangível (Nota Explicativa nº 11);
- Incertezas relativas às premissas de provisões para demandas judiciais (Nota Explicativa nº 23);
- Gratuidade com bolsas de estudos (Nota Explicativa nº 31).

Os valores definitivos das transações envolvendo essas estimativas somente são conhecidos por ocasião da sua realização ou liquidação.

4. Caixa e equivalentes de caixa

	<u>31/12/2022</u>	<u>31/12/2021</u>
Caixa e bancos	1.091	609
Aplicações financeiras	44.314	13.074
	<u>45.405</u>	<u>13.683</u>

As aplicações financeiras de liquidez imediata são realizadas com bancos de primeira linha, cuja rentabilidade dos investimentos está atrelada ao Certificado de Depósito Bancário (CDB).

União Brasileira de Educação e Ensino - UBEE

Notas explicativas às demonstrações financeiras

31 de dezembro de 2022

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

5. Aplicações financeiras

	<u>31/12/2022</u>	<u>31/12/2021</u>
Aplicação em títulos de capitalização (a)	37	36
Aplicação em ações e debêntures (b)	2.778	3.665
Aplicações financeiras (c)	-	1.496
	<u>2.815</u>	<u>5.197</u>
Circulante	2.815	3.701
Não circulante	-	1.496

- (a) Refere-se a aplicação em títulos de capitalização da empresa Icatu Capitalização S.A.
(b) Ações ordinárias e debêntures para diversificação dos investimentos e aumento de ganho real na rentabilidade.
(c) Aplicação mantida pelo Banco do Brasil como garantia de financiamento bancário pelo Banco Nacional de Desenvolvimento – BNDES. O valor foi resgatado em 2022 em virtude da liquidação do financiamento.

<u>Investida</u>	<u>Modalidade</u>	<u>31/12/2022</u>	<u>31/12/2021</u>
Vale S.A.	Debêntures	2.773	3.659
Telefônica do Brasil S.A.	Ações	5	6
		<u>2.778</u>	<u>3.665</u>

6. Mensalidades de clientes

	<u>31/12/2022</u>	<u>31/12/2021</u>
Mensalidade (a)	16.784	14.433
Acordos (b)	1.864	2.347
Outros (c)	10.518	5.106
(-) Provisão para crédito de liquidação duvidosa	(13.188)	(12.739)
	<u>15.978</u>	<u>9.147</u>
Clientes diversos (d)	2.921	2.378
Clientes lojas (e)	-	42
(-) Provisão para crédito de liquidação duvidosa	(615)	(615)
	<u>2.306</u>	<u>1.805</u>
	<u>18.284</u>	<u>10.952</u>

- (a) Refere-se a mensalidades escolares registradas pelo valor faturado, de acordo com contrato de prestação de serviço.
(b) Renegociação de mensalidades em atraso com vencimento repactuado pela central de cobrança.
(c) Saldo a receber por aluguel de imóveis, locação de espaços, cantinas e demais operações.
(d) Saldo a receber de operadoras de crédito.
(e) Saldo a receber oriundo das vendas de uniformes Like Marista.

União Brasileira de Educação e Ensino - UBEE

Notas explicativas às demonstrações financeiras

31 de dezembro de 2022

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

6. Mensalidades de clientes--Continuação

A composição por idade dos saldos de mensalidades a receber segue abaixo:

	<u>31/12/2022</u>	<u>%</u>	<u>31/12/2021</u>	<u>%</u>
A vencer – Acordos	211	1%	366	2%
Vencido até 30 dias	1.874	10%	1.281	8%
Vencido de 31 a 60 dias	986	5%	721	4%
Vencido de 61 a 90 dias	759	4%	539	3%
Vencido de 91 a 120 dias	701	3%	1.356	8%
Vencido de 121 a 360 dias	3.627	20%	1.584	10%
Vencido de 121 a 360 dias	1.989	11%	3.028	18%
Vencido acima de 720 dias	8.501	46%	7.905	47%
	<u>18.648</u>	<u>100%</u>	<u>16.780</u>	<u>100%</u>

Provisão para crédito de liquidação duvidosa

As movimentações na provisão para créditos de liquidação duvidosa de mensalidades a receber da Entidade são as seguintes:

	<u>31/12/2022</u>	<u>31/12/2021</u>
Saldo inicial	(13.354)	(15.766)
(Provisão) Reversão	(449)	2.412
Saldo final	(13.803)	(13.354)

7. Adiantamentos diversos

	<u>31/12/2022</u>	<u>31/12/2021</u>
Adiantamento de férias	5.728	4.557
Adiantamento de viagem	249	148
Adiantamento de fornecedor	1.637	1.064
Adiantamento de salário	1.003	576
	<u>8.617</u>	<u>6.345</u>

8. Outros créditos

	<u>31/12/2022</u>	<u>31/12/2021</u>
Títulos a receber - imóveis (a)	2.690	56
Tributos a recuperar	422	255
Cheque	-	42
Devolução de fornecedores	248	-
Outros (b)	345	352
	<u>3.705</u>	<u>705</u>
Circulante	2.011	356
Não circulante	1.694	349

(a) Saldo a receber referente a venda do Colégio São Vicente de Minas, para a Prefeitura do Município de São Vicente de Minas, Estado de Minas Gerais. Parte da venda foi recebido à vista e o restante dividido em 29 parcelas mensais e consecutivas a partir do mês de agosto/22. As parcelas são corrigidas mensalmente pela variação do IPCA.

União Brasileira de Educação e Ensino - UBEE

Notas explicativas às demonstrações financeiras

31 de dezembro de 2022

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

9. Propriedades para investimento

Propriedades para investimentos	31/12/2021			31/12/2022				
	Saldo em 2020	Adições	Baixas	Saldo em 2021	Adições	Baixas	Transferências	Saldo
Custo histórico (a)	67.527	-	-	67.527	1.405	(5.454)	-	63.478
Depreciação Acumulada	(16.894)	(315)	-	(17.209)	(208)	1.406	-	(16.011)
Redução a valor recuperável – impairment	(6.231)	-	-	(6.231)	-	-	-	(6.231)
	44.402	(315)	-	44.087	1.197	(4.048)	-	41.236

(a) Em 2022 tivemos baixa de custo e de depreciação no montante líquido de R\$ 4.048 referente alienação do antigo Colégio de São Vicente de Minas, pelo valor de venda de R\$ 6.825, dos quais foram recebidos R\$ 3.575 à vista e o restante parcelado em 29 vezes de R\$ 112.

A administração da Entidade avaliou o uso de bens terrenos e edificações mantidos no ativo imobilizado em que foi concluído, e que se referem à bens que não estão em uso, e sua destinação é para renda ou venda. A média de vida útil considerada para os cálculos de depreciação é de 23 anos.

União Brasileira de Educação e Ensino - UBEE

Notas explicativas às demonstrações financeiras

31 de dezembro de 2022

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

10. Imobilizado

Descrição	31/12/2022			31/12/2021				
	Taxa média anual de depreciação	Custo	Depreciação	Valor líquido	Taxa média anual de depreciação	Custo	Depreciação	Valor líquido
Terrenos	-	242.750	-	242.750	-	220.058	-	220.058
Edificações, obras civis e benfeitorias	6,20%	187.951	(74.179)	113.772	6,2%	206.545	(62.499)	144.046
Máquinas e equipamentos	10,00%	9.220	(6.433)	2.787	10,00%	8.750	(5.839)	2.911
Veículos	20,00%	854	(706)	148	20,00%	868	(642)	226
Móveis e utensílios	10,00%	8.812	(7.212)	1.600	10,00%	8.782	(6.806)	1.976
Móveis escolares	10,00%	5.581	(3.258)	2.323	10,00%	4.933	(2.865)	2.068
Equipamentos de informática	20,00%	12.349	(7.922)	4.427	20,00%	10.594	(6.648)	3.946
Obras em andamento	-	6.509	-	6.509	-	1.566	-	1.566
Direito de uso (arrendamentos)	18,00%	8.937	(1.803)	7.134	18,00%	8.937	(153)	8.784
Redução a valor recuperável (<i>Impairment</i>) (a)	-	(36.575)	-	(36.575)	-	(35.155)	-	(35.155)
		446.388	(101.513)	344.875		435.878	(85.452)	350.426

(a) Provisão para *Impairment* reconhecida no exercício de 2018 conforme resultado dos laudos de avaliações dos imóveis, seguindo o método do valor justo aplicado pela empresa contratada especializada em engenharia de avaliações.

União Brasileira de Educação e Ensino - UBEE

Notas explicativas às demonstrações financeiras

31 de dezembro de 2022

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

10. Imobilizado--Continuação

Teste de *impairment* sobre os ativos não financeiros

O imobilizado e outros ativos não financeiros, inclusive os ativos intangíveis, são revistos para se identificar perdas não recuperáveis sempre que eventos ou alterações nas circunstâncias indicarem que o valor contábil pode não ser recuperável. Em relação ao teste de *impairment*, este deverá ser aplicado, apenas, quando fatores conjunturais (fatos relevantes) indicarem a necessidade de redução do valor recuperável dos ativos. O fato da Entidade possuir uma equipe técnica de engenharia constitui um facilitador para esse tipo de trabalho, justamente, pelo envolvimento destes profissionais na operação das unidades, que fazem o acompanhamento rotineiro de todos os imóveis lotados na operação ou não disponíveis para venda.

Nenhum bem imóvel da Entidade teve sinalização de que o valor econômico (de mercado) estivesse inferior ao valor, contabilmente registrado ou, valorizações que pudesse alterar percentuais de depreciações sobre vida útil remanescente (valor residual). Não houve indícios de perda por redução ao valor recuperável de ativos não financeiros na data das demonstrações contábeis.

A movimentação do ativo imobilizado segue abaixo:

	<u>31/12/2022</u>	<u>31/12/2021</u>
Em 1º de janeiro	350.426	348.484
Adição	8.900	18.764
Baixas (a)	(1.066)	(4.750)
Depreciação	(13.385)	(12.072)
Em 31 de dezembro	<u>344.875</u>	<u>350.426</u>

(a) Em 2022 tivemos baixas de custo e de depreciação, na UBEE, essencialmente decorrentes de bens obsoletos, cuja baixa não gerou impacto no fluxo de caixa. Adicionalmente, tivemos uma baixa de custo e depreciação por alienação, no montante de R\$ 790, referente à unidade Casa de Acolhida do Rio de Janeiro, na qual foi recebido o valor de R\$650 a vista.

Direito de uso (Arrendamentos)

A UBEE arrenda diversas salas para o Escritório Central, com o prazo médio de arrendamento de 3 anos e também o prédio para as instalações do Colégio Marista Padre Eustáquio em Belo Horizonte - MG, arrendado por um prazo de 10 anos.

(i) Saldos reconhecidos no balanço patrimonial

O balanço patrimonial contém os seguintes saldos relacionados a arrendamentos:

	<u>31/12/2022</u>	<u>31/12/2021</u>
Ativos de direito de uso		
Edificações	7.134	8.784
Passivos de arrendamentos		
Circulante	1.783	825
Não circulante	6.241	7.891
	<u>8.024</u>	<u>8.716</u>

União Brasileira de Educação e Ensino - UBEE

Notas explicativas às demonstrações financeiras

31 de dezembro de 2022

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

10. Imobilizado--Continuação

Direito de uso (Arrendamentos)--Continuação

(ii) Saldos reconhecidos na demonstração do resultado

A demonstração do resultado inclui os seguintes montantes relacionados a arrendamentos:

	<u>31/12/2022</u>	<u>31/12/2021</u>
Depreciação dos ativos de direito de uso (incluído em custos e despesas)		
Edificações	1.650	153
Despesas com juros (incluídas nas despesas financeiras)	<u>859</u>	<u>883</u>
	<u><u>2.509</u></u>	<u><u>1.035</u></u>

Os pagamentos de juros de arrendamentos e amortização em 2022 totalizaram R\$ 1.551 (R\$ 1.036 em 2021).

As movimentações dos saldos dos passivos de arrendamento são apresentadas no quadro abaixo:

Ativos de direito de uso

A movimentação de saldos dos ativos de direito de uso é evidenciada abaixo:

Saldo em 1º de janeiro de 2022	8.784
Despesa de depreciação	<u>(1.650)</u>
Saldo dos ativos de direito de uso em 31 de dezembro de 2022	<u><u>7.134</u></u>

Passivos de arrendamento

Saldo em 31 de dezembro de 2021	8.716
Juros provisionados	<u>859</u>
Pagamentos	<u>(1.551)</u>
Saldo dos passivos de arrendamento em 31 de dezembro de 2022	<u><u>8.024</u></u>

11. Intangível

	<u>Taxa média anual de amortização</u>	<u>31/12/2022</u>	<u>31/12/2021</u>
Licença de uso de software	33,12%	3.722	2.899
Carteiras de alunos (a)	10,00%	4.112	4.112
Marcas e patentes	-	111	111
(-) Amortização acumulada software		<u>(1.822)</u>	<u>(1.438)</u>
(-) Amortização carteira de alunos		<u>(774)</u>	<u>(361)</u>
		<u><u>5.349</u></u>	<u><u>5.323</u></u>

(a) Carteira de alunos que a Entidade adquiriu nas operações com o Colégio Padre Eustáquio, mensurada a valor justo.

União Brasileira de Educação e Ensino - UBEE

Notas explicativas às demonstrações financeiras

31 de dezembro de 2022

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

11. Intangível--Continuação

A movimentação do ativo intangível é como segue:

	<u>31/12/2022</u>	<u>31/12/2021</u>
Em 1º de janeiro	5.323	567
Adição	823	5.315
Amortização	(797)	(559)
Em 31 de dezembro	<u>5.349</u>	<u>5.323</u>

Combinação de negócios

Em janeiro de 2021, a Entidade adquiriu as operações do Colégio Padre Eustáquio em Belo Horizonte, atualmente denominado Colégio Marista Padre Eustáquio, com a missão de dar continuidade à educação evangelizadora. Como resultado da aquisição, espera-se que a Entidade expanda a sua presença na região.

Nesta operação, a Entidade assumiu a gestão do Colégio Padre Eustáquio, mediante contrato de venda, juntamente com a locação do imóvel e demais bens localizados neste imóvel pelo prazo de 10 (dez) anos. A locação do imóvel foi tratada como uma transação separada, com ativos e passivos de arrendamento registrados.

A carteira de alunos matriculados foi adquirida por um valor simbólico de R\$ 350, mais o compromisso da construção de um memorial em homenagem aos Fráteres da antiga Instituição no valor de R\$ 150. Adicionalmente, a Entidade efetuará o pagamento de aluguel mensal do imóvel, onde está localizado o Colégio, conforme Contrato de Locação de Imóvel não Residencial.

Como efeito da transação a Entidade recebeu a carteira de alunos, mensurada a valor justo pelo montante de R\$ 4.112, reconhecida no ativo intangível. Os Ativos Permanentes que Entidade recebeu, correspondem a móveis e utensílios escolares depreciados em quase sua totalidade e que foram, em grande parte, descartados e substituídos por novos, conforme o padrão Marista. Considerando a imaterialidade do valor e o estado de conservação, apenas realizamos o registro físico no “ambiente” de patrimônio a valor simbólico de R\$ 1,00 (hum) real para fins de controle físico, sem o reconhecimento contábil.

A título de garantia, o antigo proprietário do Colégio assumiu os custos rescisórios decorrentes de eventuais desligamentos até o limite de R\$ 2.233, referente a parte dos R\$ 6.461, levantados, na data do fechamento, pela Entidade, com o passivo de rescisões de contratos de trabalho dos funcionários do Colégio Padre Eustáquio. Contudo, não houve interesse por parte da Entidade em efetuar o desligamento dos colaboradores, procedendo a transferência e incorporando em seu quadro de pessoal todos os colaboradores que pertenciam à antiga gestão do Colégio Padre Eustáquio, de modo que tal passivo não foi registrado.

Considerando que a transferência da gestão ocorreu em 1º de janeiro de 2021, apenas os encargos decorrentes de férias proporcionais dos colaboradores do Colégio Padre Eustáquio foram absorvidos pela Entidade, diretamente na conta de Provisão de Férias, em um montante de R\$ 226.

Não foram identificados outros ativos ou outros passivos assumidos com a transação.

A Entidade reconheceu ganho por compra vantajosa de R\$ 3.612, como resultado da mensuração à valor justo da carteira de alunos. O ganho está incluído em Outras receitas e despesas não operacionais, líquidas na demonstração do resultado do exercício findo em 31 de dezembro de 2021.

União Brasileira de Educação e Ensino - UBEE

Notas explicativas às demonstrações financeiras

31 de dezembro de 2022

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

12. Fornecedores

	<u>31/12/2022</u>	<u>31/12/2021</u>
Prestador de serviço	3.633	2.592
Fornecedores de produtos e materiais	2.952	1.761
Concessionárias	122	114
	<u>6.707</u>	<u>4.467</u>

13. Salários e encargos sociais

	<u>31/12/2022</u>	<u>31/12/2021</u>
Salários, ordenados e rescisões (a)	6.694	5.183
IRRF sobre folha de pagamento (b)	2.710	2.353
FGTS a recolher	1.243	1.028
INSS funcionários	948	810
Contribuição sindical a recolher	217	184
	<u>11.812</u>	<u>9.558</u>
Circulante	11.789	9.535
Não circulante	23	23

(a) Salário a pagar referente a competência de dezembro 2022.

(b) Tributos retidos sobre folha de pagamento referentes a competência dezembro 2022 com pagamento previsto para janeiro de 2023.

14. Provisões de férias e encargos

	<u>31/12/2022</u>	<u>31/12/2021</u>
Provisões para férias	11.828	9.571
Provisões de FGTS sobre férias	952	771
	<u>12.780</u>	<u>10.342</u>

União Brasileira de Educação e Ensino - UBEE

Notas explicativas às demonstrações financeiras

31 de dezembro de 2022

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

15. Arrendamentos a pagar

Modalidade	31/12/2022	31/12/2021
Imóveis arrendados (a)	12.389	13.940
Equipamentos de informática	223	223
(-) Juros a incorrer	(4.588)	(5.447)
	<u>8.024</u>	<u>8.716</u>
Circulante	1.783	825
Não circulante	6.241	7.891

As obrigações com arrendamento financeiro apresentam os seguintes prazos de vencimento:

Obrigações brutas de arrendamento financeiro - pagamentos mínimos de arrendamento	31/12/2022	31/12/2021
Menos de um ano	1.430	1.320
Mais de um ano e menos de cinco anos	7.670	7.680
Mais de cinco anos	3.512	5.163
	<u>12.612</u>	<u>14.163</u>
Encargos financeiros futuros sobre arrendamentos financeiros	(4.588)	(5.447)
	<u>8.024</u>	<u>8.716</u>

A propriedade é a própria garantia do arrendador uma vez que, na falta de pagamento, o bem arrendado reverte ao arrendador.

União Brasileira de Educação e Ensino - UBEE

Notas explicativas às demonstrações financeiras

31 de dezembro de 2022

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

16. Empréstimos e financiamentos

Modalidade	Encargos financeiros	2022	2021	Garantia
Capital de Giro				
BNDES (a)	Juros pré-fixados 0,52% a.a. + TR	-	1.272	Colégio Marista São José da Barra, na Rua Projetada "A" Lote 1 Quadra F, bairro de Jacarepaguá – Rio de Janeiro - R.J.
Circulante		-	<u>1.272</u>	
Não circulante		-	<u>1.272</u>	

(a) O empréstimo foi liquidado em junho de 2022. Refere-se a financiamento na modalidade, destinada a conclusão da segunda fase do empreendimento Colégio Marista São José-Unidade Barra, no valor de R\$ 40.700, dividido em duas fontes de custeio, R\$ 13.700 com recursos próprios e R\$ 27.000 na forma de financiamento.

União Brasileira de Educação e Ensino - UBEE

Notas explicativas às demonstrações financeiras

31 de dezembro de 2022

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

17. Tributos e encargos a recolher

	<u>31/12/2022</u>	<u>31/12/2021</u>
Tributos a recolher de terceiros (a)	107	32
ISS a recolher	57	9
Parcelamento INSS (b)	5.166	5.557
Parcelamento IRRF (c)	8.652	9.737
	<u>13.982</u>	<u>15.335</u>
Circulante	3.604	3.073
Não circulante	10.378	12.262

- (a) Encargos tributários sobre contratação de serviços prestados por terceiros e venda de uniformes.
- (b) Parcelamento em 120 meses de débitos referentes a INSS sobre folha de pagamento. Em 2017 ocorreu a consolidação dos parcelamentos desse tributo que estavam inscritos na Previdência Social e Procuradoria de Fazenda Nacional. Já foram pagas 71 parcelas de cada processo.
- (c) Parcelamento em 120 meses de débitos referentes a IRRF sobre folha de pagamento. Em 2017 ocorreu a consolidação dos parcelamentos desse tributo que estavam inscritos na Receita Federal e Procuradoria de Fazenda Nacional. Já foram pagas 71 parcelas.

18. Adiantamentos de mensalidades

	<u>31/12/2022</u>	<u>31/12/2021</u>
Adiantamento de mensalidades (a)	20.436	17.753
	<u>20.436</u>	<u>17.753</u>

- (a) Referem-se às mensalidades escolares recebidas antecipadamente, que serão apropriadas no exercício seguinte, de acordo com o ano letivo escolar.

19. Partes relacionadas

	<u>31/12/2022</u>	<u>31/12/2021</u>
Resultado		
União Norte Brasileira de Educação e Cultura (a)	14.670	12.531
	<u>14.670</u>	<u>12.531</u>
Ativo		
União Norte Brasileira de Educação e Cultura (a)	1.233	-
Outras despesas (c)	-	306
	<u>1.233</u>	<u>306</u>
Passivo		
Contrato de mútuo (b)	(56)	(10.241)
Outras despesas (c)	(207)	-
	<u>(263)</u>	<u>(10.241)</u>
Ativo (passivo), líquido	<u>970</u>	<u>(9.935)</u>

- (a) Rateio de gastos com pessoal, incluindo encargos e benefícios do pessoal chave da Entidade, referentes aos serviços compartilhados. Os serviços compartilhados têm o objetivo de aumentar a eficiência administrativa das partes concentrando serviços administrativos e de apoio na Entidade. Os principais serviços compartilhados são relativos às áreas de tecnologia da informação, área de RH, área jurídica, área de compras e áreas pertencentes a diretoria financeira. As transações são realizadas com base em custos incorridos, sem remuneração adicional.
- (b) As transações registradas como partes relacionadas ocorrem entre a UBEE e a UNBEC, entidades que compõem a Província Marista Brasil Centro-Norte. O contrato de mútuo formaliza as operações de pagamentos realizados entre as Entidades para cobrir necessidade de capital de giro, sendo o mutuário remunerado a 1% de juros ao mês com um prazo de 12 meses, podendo ser prorrogado, mediante prévio acordo entre as partes.
- (a) Ressarcimento de gastos incorridos com eventos e treinamentos entre as unidades da UBEE e UNBEC. As transações são realizadas com base em custos incorridos, sem remuneração adicional.

União Brasileira de Educação e Ensino - UBEE

Notas explicativas às demonstrações financeiras

31 de dezembro de 2022

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

20. Receita diferida

	<u>31/12/2022</u>	<u>31/12/2021</u>
Contrato de parceria comercial (a)	11.949	-
Vendas antecipadas	810	806
	<u>12.759</u>	<u>806</u>
Circulante	3.200	806
Não circulante	9.559	-

- (a) Em dezembro de 2022 a UBEE celebrou novo Termo de Parceria Comercial com o Banco Bradesco S.A., visando exclusividade na tomada de serviços bancários de folha de pagamento durante a vigência de cinco anos. Em contrapartida as obrigações assumidas, a Entidade recebeu a título de prêmio pela preferência dos serviços bancários de folha de pagamento, a importância de R\$11.949 registrado no passivo, cujo reconhecimento no resultado será feito conforme vigência do contrato no prazo de 60 meses.

21. Subvenções

Os recursos de subvenções referem-se a repasses de recursos governamentais e não governamentais, que são aplicados em projetos sociais, decorrentes substancialmente dos seguintes convênios:

- Programa Petrobras Jovem Aprendiz (PPJA);
- Secretaria de Estado da Educação de Goiás – Termo de Colaboração.

Os saldos são classificados no passivo circulante em contrapartida de caixa e equivalentes de caixa, e serão reconhecidos no resultado em bases sistemáticas (receita e despesa), conforme utilização do recurso.

	<u>Contratado</u>	<u>Recebido</u>	<u>2022</u>		<u>2021</u>	
			<u>A receber</u>	<u>A realizar</u>	<u>A receber</u>	<u>A realizar</u>
Convênio PPJA - Macaé e Campos- outras subvenções (a)	51.314	51.314	-	-	-	161
Outros			-	-	-	13
Termo de Colaboração – Secretaria de Estado da Educação de Goiás (b)	330	330	-	330	-	-
Total	<u>51.644</u>	<u>51.644</u>	<u>-</u>	<u>330</u>	<u>-</u>	<u>174</u>

- (a) O programa Petrobrás Jovem aprendiz (PPJA) visa a inserção de jovens no mercado de trabalho, tem como objetivo a inclusão social de jovens em situação de pobreza e vulnerabilidade socioeconômica, o desenvolvimento de habilidades e competências e a qualificação profissional desses jovens, bem como o cumprimento da Lei de aprendizagem, regulamentada pela lei 10.097/2000.
- (b) Termo de colaboração feito em 2022, entre a Secretaria de Estado da Educação de Goiás e o Centro de Educação Infantil Marista Divino Pai Eterno – CEMADIPE para aquisição equipamentos, utensílios e prestação de serviços para a escola. Os recursos recebidos terão sua prestação de contas junto à Secretaria.

22. Outras contas a pagar

	<u>31/12/2022</u>	<u>31/12/2021</u>
Cooperativa Marista - COOMAR (a)	414	321
Outras contas a pagar	101	17
	<u>515</u>	<u>338</u>

- (a) A COOMAR é uma cooperativa de crédito destinada aos colaboradores da UBEE, onde o saldo descrito no quadro acima se refere ao repasse dos valores descontados em folha dos colaboradores cooperados.

União Brasileira de Educação e Ensino - UBEE

Notas explicativas às demonstrações financeiras

31 de dezembro de 2022

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

23. Provisões para demandas judiciais

	31/12/2021	Constituição	Reversão	31/12/2022
Provisão para demandas judiciais				
Cíveis	366	800	(965)	201
Fiscais (a)	13.685	1.758	(845)	14.598
Trabalhistas	1.226	2.183	(2.104)	1.305
	15.277	4.741	(3.914)	16.104
Depósitos judiciais	31/12/2021	Pagamentos	Baixas/Reversões	31/12/2022
Depósitos	(547)	(101)	7	(641)
Pis sobre folha de pagamento (b)	(11.631)	-	-	(11.631)
Bloqueio judicial	-	(96)	-	(96)
	(12.178)	(197)	7	(12.368)
Saldo das provisões	3.099	4.544	(3.907)	3.736

- (a) O principal valor considerado para os riscos fiscais refere-se ao processo ajuizado pela Entidade, com relação a cobrança do PIS e da COFINS. Em 2003 a Entidade obteve sentença favorável para o não recolhimento das referidas contribuições. A Receita Federal interpôs recurso junto ao Tribunal Regional Federal - 1ª Região, que julgou procedente o recurso. A UBEE recorreu por meio de Recurso Extraordinário contra esta decisão, e obteve efeito suspensivo até o julgamento final. Reforça-se tal posicionamento a existência de duas ações diretas de inconstitucionalidade, de nºs 2.028 e 2.036, propostas junto ao Supremo Tribunal Federal - STF, que corroboram o posicionamento da Entidade quanto à sua imunidade em relação às contribuições sociais, as quais foram julgadas procedentes em 02/03/2017, e o Recurso Extraordinário nº 566622, no qual o julgamento do STF, em 23/02/2017, fixou a seguinte repercussão geral: "Os requisitos para o gozo de imunidade hão de estar previstos em lei complementar", sendo este o processo paradigma usado pela UBEE no seu recurso extraordinário.
- (b) Depósito judicial referente ao processo de cobrança do PIS e da COFINS sobre a folha de pagamento. Após recurso da Receita Federal junto ao Tribunal Regional Federal - 1ª Região, que julgou procedente o recurso. A UBEE recorreu por meio de Recurso Extraordinário contra esta decisão, e obteve efeito suspensivo até o julgamento final.

Risco possível

	31/12/2022	31/12/2021
Cíveis (a)	100.398	100.486
Fiscais – tributárias (b)	49.087	49.750
Trabalhistas (c)	6.773	931
	156.258	151.167

- (a) Decorrem substancialmente de processos judiciais, inerentes ao curso normal dos negócios, movidos por terceiros. As principais demandas envolvem pleitos indenizatórios.
- (b) Referem-se, em quase sua totalidade, a processos judiciais, inerentes ao curso normal dos negócios, movidos por fazendas municipais e federal. As principais demandas envolvem questões relativas à imunidade tributária que a instituição faz jus.
- (c) São decorrentes, essencialmente, de processos judiciais, inerentes ao curso normal dos negócios, movidos por terceiros e ex-funcionários. As principais reclamações são de verbas trabalhistas, hora extra e pleitos indenizatórios.

União Brasileira de Educação e Ensino - UBEE

Notas explicativas às demonstrações financeiras

31 de dezembro de 2022

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

24. Patrimônio líquido

Patrimônio social

O patrimônio social da UBEE é aplicado integralmente nos objetivos sociais da Entidade e formado pelos superávits acumulados, além dos bens e direitos adquiridos ou recebidos em doação.

Ajuste de avaliação patrimonial

Os saldos referem-se ao custo atribuído aos bens do ativo imobilizado. Conforme Interpretação Técnica ICPC 10 - Interpretação sobre a aplicação inicial ao ativo imobilizado e à propriedade para investimento e dos pronunciamentos técnicos CPCs 27, 28, 37 e 43, quando da adoção inicial do ativo imobilizado.

25. Receita operacional líquida

	<u>2022</u>	<u>2021</u>
Receita operacional bruta		
Anuidades escolares sem gratuidades (a)	283.635	246.840
Anuidades escolares com gratuidades (b)	20.349	18.568
Outras receitas educacionais (c)	4.615	914
Outras receitas operacionais (d)	-	1
	<u>308.599</u>	<u>266.323</u>
Deduções da receita		
Impostos sobre receita bruta (e)	-	(22)
Descontos pandemia covid-19 (f)	-	(550)
Descontos comercial (g)	(11.211)	(16.381)
Descontos institucionais (g)	(398)	(205)
Bolsas de estudo convenção coletiva (h)	(16.511)	(15.890)
Gratuidades bolsas de estudos parciais lei 12.101/2009 (i)	(454)	(462)
Gratuidades bolsas de estudo integrais lei 12.101/2009 (i)	(29.090)	(28.972)
	<u>(57.664)</u>	<u>(62.482)</u>
Receita operacional líquida	<u><u>250.935</u></u>	<u><u>203.841</u></u>

- (a) As receitas da Entidade oriundas de atividades fins, conforme estatuto social, são mensuradas pelo valor da contraprestação recebida ou a receber, baseada na planilha de custo educacional (Lei nº 9.870/99) e formalizado pelos contratos de prestação de serviços educacionais.
- (b) Registro do valor das mensalidades ofertadas pela Entidade por meio de gratuidades sociais. O montante registrado neste item não agrega saldo no resultado operacional líquido, pois o valor é totalmente deduzido nas contas de gratuidades com bolsas de estudos.
- (c) Ampliação dos serviços extracurricular ofertado nas unidades educacionais, tais como os centros de línguas ID Marista, e escolinhas de artes e esportes.
- (d) Resultado obtido com a venda de uniformes escolares pelas Lojas Like.
- (e) Impostos incidentes sobre a venda de uniformas, realizados pelas Lojas Like.
- (f) No que se refere aos descontos concedidos em decorrência da pandemia Covid-19, ao longo do ano de 2020 e 2021, foi utilizado o critério de análise e deliberação de caso a caso, conforme a necessidade do responsável financeiro, não aplicando descontos lineares, exceto quando por força de decreto.
- (g) Montante de descontos ofertado pelas unidades educacionais de acordo com as políticas de desconto vigentes e orçamento aprovado pela Administração.
- (h) Bolsa de estudos concedidas a professores e demais classes vinculadas a sindicatos com o benefício previsto em convenção coletiva.

União Brasileira de Educação e Ensino - UBEE

Notas explicativas às demonstrações financeiras

31 de dezembro de 2022

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

26. Custos dos serviços prestados

Os custos dos serviços prestados são constituídos dos gastos com pessoal, depreciação e amortização de bens das unidades escolares, além de outras despesas acessórias ligadas à atividade fim da Entidade. Demonstramos a sua composição conforme a seguir:

	<u>2022</u>	<u>2021</u>
Custo com pessoal (a)	(147.728)	(134.969)
Outros custos dos serviços	(7.940)	(6.273)
Depreciação e amortização	(13.385)	(11.230)
	(169.053)	(152.472)
	(169.053)	(152.472)

(a) Gasto com pessoal diretamente ligado a operação da Entidade no desenvolvimento dos serviços educacionais.

27. Despesas gerais e administrativas

	<u>2022</u>	<u>2021</u>
Despesa com vendas	(4.525)	(2.339)
Despesa com pessoal (a)	(15.354)	(13.895)
Despesa com serviços de terceiros	(6.492)	(5.878)
Despesa com utilidades e comunicações	(10.646)	(8.532)
Despesa com tecnologia	(1.781)	(1.752)
Despesa com impostos e taxas	(2.165)	(1.247)
Despesa com conservação e manutenção	(7.165)	(4.336)
Despesas com provisões para créditos a receber	(449)	1.835
Outras despesas gerais	(8.873)	(7.126)
Depreciações e amortizações	(1.005)	(1.478)
	(58.006)	(44.728)

(a) Despesa com salários e encargos dos colaboradores não ligados diretamente às unidades educacionais.

União Brasileira de Educação e Ensino - UBEE

Notas explicativas às demonstrações financeiras

31 de dezembro de 2022

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

28. Outras receitas operacionais, líquidas

	<u>2022</u>	<u>2021</u>
Outras receitas - Educação		
Renda de bens patrimoniais (a)	3.774	2.945
Resultado na alienação de ativos	3.227	-
Receita com teatros e ginásios	32	33
Receitas com patrocínios	208	149
Receitas com eventos	1.522	10
Receitas com royalties (b)	308	158
Ganho por compra vantajosa (c)	-	3.612
Outras receitas	619	1.498
Total outras receitas	<u>9.690</u>	<u>8.405</u>
Outras despesas - Educação		
Despesa comunidade religiosa	(2.784)	(2.234)
Provisões para contingências	482	706
Perdas de imobilizado	-	(224)
Outras despesas	(4.059)	(1.194)
Perda com baixas de recebíveis	(1.741)	(3.283)
Outras perdas	(507)	(489)
Total outras despesas	<u>(8.609)</u>	<u>(6.718)</u>
Outras receitas e despesas, líquidas	<u>1.081</u>	<u>1.687</u>

(a) Receita com o aluguel de bens patrimoniais e espaços das próprias unidades educacionais para atividades culturais e lanchonetes.

(b) Receita obtida com a marca Marista.

(c) Ganho por compra vantajosa na aquisição da carteira de alunos do Colégio Padre Eustáquio (nota 11).

29. Resultado financeiro, líquido

	<u>2022</u>	<u>2021</u>
Receitas financeiras		
Rendimentos de aplicações financeira	3.474	1.004
Juros e multas cobradas	1.714	2.233
Varição de ajuste a valor justo	-	973
Juros sobre mútuo	304	
Descontos obtidos	7	1
	<u>5.499</u>	<u>4.211</u>
Despesas financeiras		
Juros e multas pagas	(78)	(56)
Encargos sobre empréstimos e financiamentos	(38)	(415)
Taxas bancárias	(436)	(455)
Descontos concedidos	(1.078)	(2.576)
Encargos sobre parcelamentos	(1.506)	(487)
Varição de ajuste a valor justo	(886)	(802)
Encargos sobre mútuos	(401)	(1.164)
Outros encargos	(864)	(882)
	<u>(5.287)</u>	<u>(6.837)</u>
Resultado financeiro líquido	<u>212</u>	<u>(2.626)</u>

União Brasileira de Educação e Ensino - UBEE

Notas explicativas às demonstrações financeiras

31 de dezembro de 2022

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

30. Isenções Usufruídas (imunidade tributária)

	<u>2022</u>	<u>2021</u>
Despesas Isenções Usufruídas		
Isenção Cota Patronal - INSS	(26.339)	(23.988)
Isenção Terceiros - INSS	(5.917)	(5.390)
Isenção SAT - INSS	(1.290)	(1.178)
Total de despesas com isenções usufruídas	(33.546)	(30.556)
Receitas Isenções Usufruídas		
Isenção Cota Patronal - INSS	26.339	23.988
Isenção Terceiros - INSS	5.917	5.390
Isenção SAT - INSS	1.290	1.178
Total de receitas com isenções usufruídas	33.546	30.556

31. Gratuidades através de bolsas de estudo

Conforme citado no item 1.1, a UBEE é imune à incidência de impostos sobre sua renda, patrimônio e serviços, por força do art. 150, Inciso VI, alínea "C"; e às contribuições sociais, por força do artigo 195, § 7º; todos da Constituição Federal de 05 de outubro de 1988.

A UBEE é uma entidade beneficente de educação, possui CEBAS - Certificado de Entidades Beneficentes de Assistência Social e cumpre os requisitos previstos na Lei Complementar nº 187, de 16 de dezembro de 2021, fazendo jus à imunidade de que trata o § 7º do art. 195 da Constituição Federal.

(a) Demonstrativo do cumprimento do mínimo de bolsas integrais

A Entidade oferece bolsas educacionais para alunos socioeconômico, seguindo os critérios previstos na Lei Complementar nº 187, de 16 de dezembro de 2021. Na concessão de bolsas educacionais a Entidade utiliza o seguinte critério de renda:

A bolsa de estudo integral é concedida ao aluno cuja renda familiar mensal per capita não exceda o valor de 1,5 (um e meio) salários-mínimos.

A bolsa de estudo parcial é concedida ao aluno cuja renda familiar mensal per capita não exceda o valor de 3 (três) salários-mínimos.

Em atendimento ao artigo 20 da Lei Complementar nº 187, de 16 de dezembro de 2021, a Entidade concedeu pelo menos 1 bolsa integral para cada 5 estudantes pagantes no ano de 2022.

Além disso, durante a concessão de Bolsa Social de Estudos os alunos das Escolas Sociais foram beneficiados pelo Programa de Apoio ao Aluno Bolsista - PAAB, que consiste na oferta de livros didáticos, uniformes/fardamentos e alimentação fornecida no espaço escolar, estruturado de acordo com a Lei Complementar nº 187, de 16 de dezembro de 2021. O PAAB tem como objetivo a concessão de benefícios materiais de estudo aos educandos matriculados na unidade, favorecendo assim o sentimento de pertença, a permanência e o sucesso escolar.

União Brasileira de Educação e Ensino - UBEE

Notas explicativas às demonstrações financeiras

31 de dezembro de 2022

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

31. Gratuidades através de bolsas de estudo--Continuação

Lei Complementar nº 187, de 16 de dezembro de 2021 - Portaria Normativa MEC nº 15 de 2017

	<u>2022</u>	<u>2021</u>
Total de alunos matriculados (a)	15.325	14.903
Alunos bolsa integral (Art. 20, Lei Complementar nº 187/2021)	1.749	1.942
Alunos bolsa integral e com deficiência Art. 20, §3º, Lei Compl. nº 187/21)	-	-
Alunos bolsa integral e em tempo integral (Art. 20, §3º, Lei Compl. nº 187/21) (1)	473	409
Alunos bolsa integral (Lei 11.096/2005 - PROUNI)	-	-
Alunos bolsa integral (Pós-graduação strictu sensu) (Lei 12.101/2009)	-	-
Número total de alunos com bolsa integral (Lei Compl. nº 187/21 (b))	2.222	2.351
Outras bolsas integrais (b) (2)	597	622
Alunos matriculados em cursos que não sejam de graduação ou sequencial de formação específica regulares (c)	22	-
Alunos inadimplentes (d) (3)	174	130
Alunos Pagantes: (a) - (b) - (c) - (d)	12.332	11.800
Alunos bolsa parcial de 50% (Art. 20, §1º, II, Lei Complementar nº 187/21) (e)	46	28
Alunos bolsa parcial de 50% (Lei 11.096/2005 - PROUNI)	-	-
Alunos bolsa parcial de 50% (Pós-graduação strictu sensu)	-	-
Número total de alunos com bolsa parcial de 50% (Art. 20, §1º, II, Lei Complementar nº 187/21)	46	28
Alunos beneficiados pelo programa complementar (art. 19, §4º, Inciso I Lei Complementar 187/21) (4)	55	-
Número total de bolsas integrais equivalentes	2.489	2.542
Outras bolsas parciais	-	-
Verificação do atendimento das proporções de bolsas de estudo	Art. 13	Art. 13
Quantidade mínima de bolsas 1/5 (Educação Superior sem Prouni 1/4)	Atendido	Atendido
Quantidade mínima de bolsas 1/9	Atendido	Atendido

- (1) O valor representa o somatório das bolsas integrais, mais o número de alunos com bolsas integrais, que estudam em tempo integral, estes equivalem a 1,4, de acordo com a Lei 12.101/2009 (Art. 13, §4º, II). A saber $1.942 + (409 \times 1,4) = 2.515$.
- (2) O artigo 24º caput, da lei complementar 187/21, exclui do cômputo de alunos pagantes os beneficiados com bolsas de estudo integrais nos termos do inciso I do § 1º do art. 20 e com outras bolsas integrais concedidas pela entidade. No caso da UBEE foram concedidas bolsas integrais por força de Convenção Coletiva de Trabalho ou Descontos Integrais, conforme política de descontos institucionais.
- (3) Artigo 24, §2º da lei complementar 187/21. Não se consideram alunos pagantes os inadimplentes por período superior a 90 (noventa) dias cujas matrículas tenham sido recusadas no período letivo imediatamente subsequente ao inadimplimento.
- (4) Para a conversão do Benefícios complementares em bolsa social foi considerado:
- Montante dos custos realizados pela entidade com os benefícios complementares R\$ 1.024.596,41;
 - Receita Bruta anual de Mensalidades R\$ 279.276.455,32;
 - Total de alunos matriculados excluindo-se os inadimplentes 12.332;
 - Valor de referência utilizado para conversão dos benefícios complementares: R\$ 18.432,87 ($279.276.455,32 \div 15.151$);
 - Bolsas integrais convertidas em benefícios complementares: 55,5 ($1.024.596,41 \div 18.432,87$).

(b) Certificado de Entidade beneficente de Assistência Social

A Entidade é portadora de Certificado de Entidade de Fins Filantrópicos (atualmente denominado CEBAS), emitido pelo Conselho Nacional de Assistência Social (CNAS) em 26/02/1999 e aprovações posteriores. Após sucessivas renovações, em 2012 requereu a renovação do CEBAS conforme protocolo nº 23000.017986/2012-02, já protocolizado junto ao Ministério da Educação (MEC), Ministério competente pela nova certificação, nos termos da Lei nº 12.101/2009 (DOU 30/11/2009), para emissão de renovação do CEBAS - Certificado de Entidade Beneficente de Assistência Social. Referido processo teve o certificado CEBAS deferido, por meio da Portaria nº 828, de 28/11/2018. Consta registrado no MEC de que a Entidade requereu a renovação de Cebas-Educação, por meio do processo protocolado tempestivamente sob nº 23000.024045/2021-16, em 17/09/2021, o qual encontra-se no aguardo de análise. Desta forma, nos termos da legislação vigente, a instituição possui certificado ativo.

União Brasileira de Educação e Ensino - UBEE

Notas explicativas às demonstrações financeiras

31 de dezembro de 2022

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

31. Gratuidades através de bolsas de estudo--Continuação

(b) Certificado de Entidade beneficente de Assistência Social--Continuação

Os Processos protocolizados asseguram a validade do Certificado e da Certidão de Fins Filantrópicos até a conclusão de análise dos mesmos, conforme disposto no artigo 37, §2º da Lei complementar 187/21 e no Decreto 8.242, de 23 de maio de 2014, no caput do art. 8º e no seu § 1º, motivo pelo qual nenhuma provisão foi efetuada nas demonstrações contábeis referentes às isenções patronais usufruídas no exercício, nos termos do §7º, art. 205 da Constituição Federal.

(c) Gasto com pessoal docente e técnico administrativo

Em atendimento ao disposto na alínea c, inciso III, do art. 12, da Instrução Normativa nº 113/98, da Secretaria da Receita Federal, que determina a aplicação de pelo menos 60% da receita líquida, a Entidade destinou, em 2022, 64,99% da receita obtida com prestação de serviços, em despesas com pessoal docente e técnico administrativo, conforme demonstrado a seguir:

	2022	2021
Receita operacional bruta	308.599	266.323
Descontos nas anuidades e nas bolsas de estudo	(57.664)	(62.460)
Base de cálculo	250.935	203.841
Custo com pessoal docente	147.728	134.969
Despesas com pessoal técnico administrativo	15.354	13.895
Total dos gastos com pessoal	163.082	148.864
Percentual aplicado	64,99%	73,03%

32. Demonstração de resultado conforme orientação portaria 15 do MEC (Informação suplementar)

	Nota explicativa	2022	2021
Receita bruta de educação	26		
Mensalidade de alunos pagantes		283.635	246.840
Mensalidades concedidas em bolsa de estudos		20.349	18.568
Outras receitas serviços educacionais		4.615	914
Outras receitas operacionais		-	1
(-) Deduções da receita bruta de educação	26		
Impostos sobre receita bruta		-	(22)
Descontos comercial		(11.211)	(16.931)
Descontos institucionais		(398)	(205)
Bolsas de estudo convenção coletiva		(16.511)	(15.890)
Gratuidades bolsas de estudos parciais lei 12.101/2009		(454)	(462)
Gratuidades bolsas de estudo integrais lei 12.101/2009		(29.090)	(28.972)
(=) Receita líquida		250.935	203.841
(-) Custo do serviço educacional	27		
Custo com pessoal		(147.728)	(134.969)
Outros custos dos serviços		(7.940)	(6.273)
Depreciação e amortização		(13.385)	(11.230)
(=) RESULTADO OPERACIONAL BRUTO		81.882	51.369

União Brasileira de Educação e Ensino - UBEE

Notas explicativas às demonstrações financeiras

31 de dezembro de 2022

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

Despesas Operacionais /Outras com Educação			
Gerais e administrativas	28	(58.006)	(44.728)
Outras receitas operacionais, líquidas	29	2.822	4.970
Despesa de subvenções (Com restrição)		(282)	(146)
Receitas de subvenções (Com restrição)		365	295
Superávit antes do resultado financeiro		26.781	11.760
(+/-) RESULTADO FINANCEIRO			
Receitas financeiras	30	5.499	4.211
Despesas financeiras	30	(7.028)	(10.120)
Resultado financeiro líquido		(1.529)	(5.909)
(+/-) Isenções Usufruídas			
Receitas isenções usufruídas	31	33.546	30.556
Despesas isenções usufruídas	31	(33.546)	(30.556)
(=) Superávit do exercício		25.252	5.851

A Demonstração de resultado apresentada baseou-se no modelo da portaria 15/2017 emitida pelo Ministério da Educação (MEC), cabe salientar que por se tratar de um modelo a Entidade necessitou adaptar certos itens a este, mas a essência, bem como os itens intrínsecos foram mantidos, não obstante todos os itens listados estão apresentados em notas explicativas contemplando maior riqueza de detalhes e em conformidade com as normas contábeis vigentes.

A UBEE é portadora de Certificado de Entidade de Fins Filantrópicos (CEBAS) e tem como atividade preponderante Educação básica, diante disso não aplicou em seus demonstrativos valores com assistência social e saúde.

33. Instrumentos financeiros e gerenciamento dos riscos associados

33.1 Instrumentos financeiros

Os instrumentos financeiros da Entidade estão compreendidos principalmente pelas contas-correntes bancárias e pelos saldos de aplicações financeiras, classificados como valor justo por meio de resultado, e as contas a receber e empréstimos e financiamentos, classificados como custo amortizado. A Entidade não opera com instrumentos financeiros derivativos.

33.2 Gestão de risco

A gestão de risco é realizada pelo setor Financeiro da Entidade, segundo as políticas aprovadas pela Diretoria. O setor financeiro da Entidade identifica, avalia e protege contra eventuais riscos financeiros. A Diretoria estabelece princípios, por escrito, para a gestão de risco global, bem como para áreas específicas.

A Entidade apresenta exposição aos seguintes riscos advindos do uso de instrumentos financeiros:

- . Risco de liquidez
- . Risco de crédito
- . Risco de taxa de juros

União Brasileira de Educação e Ensino - UBEE

Notas explicativas às demonstrações financeiras

31 de dezembro de 2022

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

33. Instrumentos financeiros e gerenciamento dos riscos associados--Continuação

(a) Risco de liquidez

É o risco de a Entidade não dispor de recursos líquidos suficientes para honrar seus compromissos financeiros, em decorrência de descasamento de prazo ou de volume entre os recebimentos e pagamentos previstos.

Para administrar a liquidez do caixa, são estabelecidas premissas de desembolsos e recebimentos futuros, sendo monitoradas diariamente pela área de Tesouraria.

A tabela abaixo analisa os passivos financeiros da UBEE, por faixas de vencimento, correspondentes ao período remanescente no balanço patrimonial até a data contratual do vencimento. Os valores divulgados na tabela são os fluxos de caixa não descontados contratados.

	<u>Menos de um ano</u>	<u>Entre um e dois anos</u>	<u>Entre dois e três anos</u>	<u>Acima de três anos</u>
Em 31 de dezembro de 2022				
Fornecedores	6.707	-	-	-
Parcelamentos (a)	2.982	3.253	3.253	4.330
Total	9.689	3.253	3.253	4.330
Em 31 de dezembro de 2021				
Empréstimos	1.272	-	-	-
Fornecedores	4.467	-	-	-
Parcelamentos (a)	-	3.394	5.794	6.106
Total	5.739	3.394	5.794	6.106

(a) Resultante das atualizações de todos os parcelamentos (Federais, Estaduais e Municipais).

(b) Risco de crédito

Risco de crédito é o risco de prejuízo financeiro da Entidade caso um cliente ou contraparte em um instrumento financeiro falhe em cumprir com suas obrigações contratuais, que surgem principalmente dos recebíveis da Entidade, representados principalmente, por caixa e equivalentes de caixa e outros créditos.

(c) Risco de taxas de juros

Representa o risco da Entidade à exposição de taxa de juros, principalmente relacionados aos empréstimos financiamentos contraídos junto a instituições financeiras.

A Administração estima que pela característica dos encargos contratuais pactuados atrelados ao cenário projetado de oscilação das taxas de juros da economia, não há volatilidade considerada relevante. Para as aplicações financeiras, cujos rendimentos são atrelados à taxa de juros, a estimativa também é a de que não haja oscilação relevante de acordo com as projeções, haja vista que estão atrelados a operações de Renda Fixa com baixo grau de risco.

União Brasileira de Educação e Ensino - UBEE

Notas explicativas às demonstrações financeiras

31 de dezembro de 2022

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

34. Pandemia Coronavírus (Covid-19)

Desde 2020, o Marista Centro-Norte vem acompanhando os impactos no cenário mundial decorrentes da pandemia do novo Coronavírus (COVID-19), e adequando seus processos e serviços para melhor atender seu público interno e externo.

O Marista Centro-Norte buscou minimizar riscos sem deixar de atender aos seus alunos e clientes, ainda que alguns aspectos tenham impactado as atividades da Entidade no período, como o aumento no prazo médio dos recebimentos, trazendo a necessidade de monitoramento da arrecadação diária e acompanhamento da inadimplência.

A Entidade tem mantido as medidas de segurança recomendadas pelas autoridades de saúde e diante da nova variante Ômicron, para tanto, reforçou as medidas de enfrentamento a Covid.

Através de comunicados a Gerência de Gente e Gestão, em conformidade com a Portaria nº 14/2022 – MTP/MS que versa sobre prevenção, controle e mitigação do coronavírus, enviou comunicado aos colaboradores do Escritório Central, com a solicitação da obrigatoriedade do uso da máscara no local de trabalho. A recomendação aos colaboradores da rede é o uso da máscara, higienização das mãos com álcool em gel ou água e sabão e vacinação contra gripe e Covid, inclusive as doses de reforço.

Brasília, 19 de abril de 2023.

Diretor-Presidente

José de Assis Elias de Brito

Diretor-Tesoureiro

José Augusto Júnior

Responsável técnico

Jorge Roberto Albuquerque Roque
Contador - CRC-PE - Nº 009392/O T-DF

